

# Da sala de estar para o quadro negro – o lugar da mulher na sociedade e a feminização da docência

**Soraia Cristina Balduino**

Mestre em História da Educação e Historiografia pela Faculdade de Educação da USP

“(…) Vós mulheres, vós tendes sempre como partilhar a guarda do lar, o amor das fontes da vida, o sentimento dos berços. Vós estais presente no mistério da vida que começa. Vós consolais na partida da morte. Nossa técnica está ameaçada de tornar-se desumana. Reconciliai os homens com a vida.  
E sobretudo velai, nós vos pedimos, pelo futuro de nossa espécie”  
Papa Pio XI – II Concílio Ecumênico do Vaticano

**Resumo** Este escrito integra o esforço de informar e refletir acerca dos movimentos específicos da constituição do que se pode considerar como gênero e suas relações no âmbito social, focalizando o campo educacional no Brasil. Neste âmbito, este trabalho possui o propósito de analisar um caso específico, ou seja, vislumbrar o conceito de gênero e feminilidade e as suas implicações em um dado momento histórico, tendo como base o artigo “Palavras à Mulher” de Bruna Becherucci, autora que não somente contribuía com traduções e outros artigos em diversos periódicos, mas também integrava e publicava artigos dirigidos as mulheres em outros veículos de imprensa, como o jornal *O Estado de S. Paulo*. Especificamente, em estudos relativos à docência, apesar do artigo não focalizar tal âmbito, é incontornável a questão da presença feminina no espaço profissional e, assim, o olhar para a história da mulher pode elucidar aspectos da história do professor.

## 1. Introdução

Para conhecer a história da formação e da educação feminina, podemos nos basear em fontes variadas que nos proporcionem elucidar aspectos da relação entre a mulher e a sociedade em que se inscreve. Dentre estas fontes sobressai a imprensa periódica, que nos fornece informações ricas acerca de ideologias, instituições e iniciativas dos profissionais do magistério, permitindo aprofundar aspectos da condição feminina. Estas produções, que são como reflexos nem sempre nítidos de uma dada época, auxiliam-nos a penetrar em um mundo de representações e prescrições sobre o modo de agir das jovens encarregadas de preparar as novas gerações e atuar conforme certos preceitos e indicações.

Sendo o processo de feminização tão presente na constituição da categoria dos professores e nas lembranças destes, mesmo que indiretas, parece ser coerente incorporar aos

estudos sobre docência e memória os estudos sobre *gênero*. Tem-se na elucidação e discussão desse conceito um momento importante para a compreensão mais apurada da participação das mulheres no campo profissional dos educadores. Procurando justamente apresentar aspectos da educação e da docência feminina em meados do séc. XX e, como parte integrante deste trabalho, apontar algumas diferentes formas de interpretar o gênero, tais formulações estão pautadas no texto de Linda Nicholson, intitulado *Interpreting Gender* (1994), assim como nas reflexões de Joan Scott, representadas também nos estudos de Guacira L. Louro.

Neste estudo, cujo objetivo está em servir como um ponto de partida para novas reflexões sobre a educação da mulher e de nossa sociedade em geral, as produções investigadas são como que reflexos nem sempre nítidos de uma dada época, que nos auxiliam a penetrar em um mundo de representações e prescrições sobre o modo de agir das jovens, encarregadas de preparar as novas gerações e atuar segundo os preceitos e normas estabelecidos. Do mesmo modo é possível investigar formas de resistência e ruptura frente a imposições de certos padrões normativos da professora e da aluna; a história da mulher não representa apenas a evolução destas formas individualmente, mas engloba todo um contexto histórico, político e social, ou seja, as relações sociais de gênero.

Um dos aspectos muito relevante para um estudo, mesmo que breve, sobre a feminilidade, gênero, comportamento feminino através dos tempos, ou o que se pode denominar em um de seus âmbitos como História da Mulher, História de uma Mulher ou História das Mulheres, está justamente intrincado em um ponto importante, o qual precisamos destacar: que tipo de sociedade se pesquisa, qual mulher se aponta e de que âmbito social ela faz parte; além de outro aspecto relevante – a própria visão do pesquisador/investigador com respeito à este panorama, ou seja, quem é que disserta sobre tal fato também faz parte de todo um setor e de todo um contexto social. Assim, neste caso em particular, preocupou-se em realizar um breve panorama da educação feminina, sabendo-se que esta abrange apenas uma leve e tênue parte dos aspectos de toda uma sociedade, obviamente, não considerando como exemplos e nem generalizando para todo um campo extenso e complexo dos estudos sobre a mulher e as condições da feminilidade.

## **2. Panorama histórico e a normatização do comportamento feminino**

Durante o século XIX, muitas transformações aconteceram na sociedade brasileira, como a consolidação do capitalismo e a ascensão da burguesia como classe dominante, tendo por conseqüência o aumento da vida urbana, que oferecia novos espaços para a convivência social, o surgimento da mentalidade burguesa valorizando a solidificação da família, que seria a conservadora e guardiã dos padrões morais e das tradições. A vida urbana, quase inexistente nos princípios do século XIX, calcada na economia rural e na família patriarcal brasileira, modifica-se com a ascensão da nova classe dominante, influenciada pelo esti-

lo de vida da aristocracia portuguesa, do cotidiano dos fazendeiros e das diferenças de interações sociais definidas pelo extinto sistema escravista. Neste âmbito, visualizando um novo tipo de relacionamento familiar, a formação da *mulher* devia adequar-se a tais preceitos, principalmente valorizando a maternidade e a dedicação ao lar, que demarcava as fronteiras de um espaço que lhe obrigava aos cuidados e dedicação ao esposo, a educação dos filhos e a desobrigação de qualquer trabalho produtivo.

Nas cidades burguesas do século XIX, existiam lutas sistemáticas contra comportamentos, atitudes e expressões consideradas “inadequadas” para a nova situação; o que se presenciava era a dissolução das formas tradicionais de solidariedade representada pela vizinhança, famílias e grupos clânicos. A história da modernização das cidades e as mudanças da economia afetaram a vida familiar. Com a aquisição do status de lugar público, a rua passou a ser vista em oposição ao espaço fechado – a casa. Visto que a cidade havia se transformado em um espaço de interesse público, muitas pessoas tiveram que mudar não só o local de residência, mas as formas de diversão de raízes populares e grupais. O desenvolvimento das cidades e da vida burguesa influenciou na disposição do espaço da residência, deixando mais claros os limites do convívio e as distâncias sociais entre a nova classe e o povo, permitindo um processo de privatização da família marcado pela valorização da intimidade. Nos lugares públicos e nas salas de visita, a idéia de intimidade se ampliava, a família, em especial a mulher, submetia-se à avaliação e à opinião dos olhares sociais, principalmente a mulher da elite, que passou a freqüentar lugares considerados respeitosos como determinados cafés, teatros, bailes, concertos, mostrando que tiveram que aprender a comportar-se em público e a viver de maneira educada, com conduta submetida à atenta vigilância da sociedade, conservadas principalmente pelos maridos e pais.

De uma certa forma, das mulheres passa a depender o sucesso da família, já que em um certo sentido, os homens “de respeito” dependiam bastante da imagem que suas esposas, mães e filhas traduziam às outras pessoas de seu convívio. Podemos dizer que elas significavam um *capital simbólico* – expressão cunhada por Bordieu – importante, embora a autoridade familiar se mantivesse em mãos masculinas. As mulheres cuidavam da imagem de seus homens (pais, maridos, irmãos, filhos) e de si próprias, já que influíam na imagem da família, ou seja, no seu papel de guardiã do lar e considerada como base moral da sociedade, tais observações levavam, portanto, à delimitação de rígidos códigos de moralidade para mulheres de todas as classes sociais; a esposa e mãe deveria “*adotar regras castas no encontro sexual com o marido*”, vigiar a castidade das filhas, constituir uma decência saudável e cuidar do comportamento da prole por parte das crianças.

No entanto, não podemos esquecer das jovens das classes mais baixas, também destinadas ao lar e aos cuidados da família, mas que não desfrutavam das leituras animadas pelos encontros sociais, da possibilidade do ócio aliada à absolvição de romances sentimentais lidos nos intervalos das seções de bordados, ou das trocas de receitas de doces e passeios “decentes” com as amigas. Não podemos esquecer, também, que a idéia do trabalho

fora do âmbito doméstico era totalmente abominável e perigoso tanto para a elite quanto para as mulheres do proletariado. Por outro lado, no final do século XIX, havia um elevado número de trabalhadoras presentes nos primeiros estabelecimentos de fiação e tecelagem, nas indústrias de vestuário e toucador e, também, na zona rural, como o trabalho das imigrantes europeias nas lavouras da região sul e sudeste.

O que nos chama a atenção principalmente quando procuramos vislumbrar o passado da mulher trabalhadora não se encontra nos vários discursos de “vitimização” do trabalho feminino, tão ostentado e evocado pelos líderes sindicais na indústria operária – que objetivava, em um sentido mais amplo, formar o trabalhador, conscientizando-o e chamando-o para a luta operária. O que se destaca fortemente corresponde à associação freqüente entre a relação mulher/trabalho e à questão da moralidade social. Nos discursos de vários setores sociais, como dos operários militantes, médicos higienistas, juristas, jornalistas, e até mesmo das feministas, destaca-se, sobretudo, a ameaça à honra feminina representada pelo mundo do trabalho. Nas denúncias destes setores o mundo da fábrica é representado como o “antro da perdição”, “bordel” ou “lupanar”, enquanto que consideram a trabalhadora como uma figura totalmente passiva e indefesa.

As trabalhadoras pobres eram consideradas profundamente ignorantes, irresponsáveis e incapazes, tidas como mais irracionais que as mulheres das camadas médias e altas, as quais, por sua vez, eram consideradas menos racionais que os homens. No imaginário das elites, o trabalho braçal, antes realizado em sua maior parte pelos escravos, era associado à incapacidade pessoal para desenvolver qualquer habilidade intelectual ou artística e a degeneração moral. Desde a famosa ‘costureirinha’, a operária, a lavadeira, a doceira, a empregada doméstica, até a florista e a artista, as várias profissões femininas eram estigmatizadas e associadas a imagem da perdição moral, da degradação e da prostituição (RAGO, 1997, p. 589).

Retomando os estudos de Bourdieu, podemos atentar para as diferenças entre as mulheres de classes sociais distintas e a relação com o trabalho. Nesse caso, a diferença só se torna um signo de distinção (ou de vulgaridade) se um grupo de indivíduos (detentores do que o autor denomina como “violência simbólica”) aplicar um princípio de visão e de divisão, tornando presente em todos os agentes e estruturam as suas percepções como proprietários, ou seja, que dominam e fazem legitimar uma estética e os “padrões sociais” aceitos como corretos e formais.

De modo geral, no momento em que a industrialização absorveu várias das atividades que antes eram exercidas apenas no interior do âmbito doméstico, desvalorizando alguns dos serviços relacionados ao lar (roupas produzidas em escala, por exemplo), ao mesmo tempo, a ideologia da maternidade foi revigorada pelo discurso masculino: ser mãe era a missão primordial da mulher em um universo que procurava estabelecer rígidas fronteiras entre a esfera pública (campo masculino) e a vida privada considerada como o lugar predestinado com o consentimento “divino” para a mulher, mãe, esposa, filha, dona-de-casa, em busca da constante perfeição moral e da aceitação de sacrifícios.

No Brasil, ligados ao processo de industrialização e urbanização, a presença de imigrantes e o crescimento de outros setores sociais médios provocou também uma forte demanda para a escolarização. Esses fatores, em conjunto com a ampliação do comércio, da maior circulação de jornais e revistas, da instituição de novos hábitos e comportamentos, especialmente ligados às transformações urbanas, foram fortes indícios para que os homens deixassem a sala de aula entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

Dedicados, agora, a ocupações mais rentosas ou a cargos mais altos na área da educação (inspetores, diretores, etc.), legitimaram a entrada das mulheres nas salas de aulas, que se encontravam ansiosas para ampliar seu universo restrito entre a casa e a igreja. Discursos surgiam em defesa da “feminização do magistério”, como uma inclinação natural para o trato com as crianças, que as mulheres eram as primeiras e naturais educadoras, portanto, nada mais adequado que lhes confiar a educação natural dos pequenos. Se o destino feminino era a maternidade e o zelo com os pequeninos, o magistério, de certa maneira, representava a extensão da maternidade, sendo que cada aluno seria considerado como um “filho espiritual”. O argumento possuía uma sustentação perfeita: a docência não corrompia a função feminina fundamental, ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la. Para tanto, o magistério deveria ser representado como uma atividade de amor, entrega, doação; associando às características típicas femininas – paciência, afeição, doação –, tornando conveniente para construir a imagem das professoras como trabalhadoras dedicadas, dóceis, sacerdotais e pouco reivindicadoras, o que empregaria futuramente para lhes estorvar as questões ligadas a salário, carreira, condições de trabalho, etc.

O processo de ‘feminização do magistério’ também pode ser compreendido como resultante de uma maior intervenção e controle do Estado sobre a docência - a determinação de conteúdos e níveis de ensino, a exigência de credenciais dos mestres, horários, livros e salários -, ou como um processo paralelo à perda da autonomia que passam a sofrer as novas agentes do ensino. É importante, no entanto, evitar aqui uma interpretação de causalidade direta e única que leve a pensar que a perda dessa autonomia ocorre simplesmente porque as mulheres assumem o magistério; talvez seja mais adequado entender que para tanto se articulam múltiplos fatores (LOURO, op. cit., p. 451).

Enquadrando-se neste aspecto, formou-se, para a mulher uma idéia de que o trabalho fora de casa era uma ocupação “passageira”, que deveria ser abandonada sempre que a verdadeira missão surgisse frente aos seus olhos: ser esposa e mãe. O trabalho fora de casa, dentro da sala de aula, seria aceitável para as moças solteiras até o momento do casamento, ou para as mulheres que ficassem sós, viúvas ou solteironas, o que propiciou esse caráter provisório de trabalho e a baixa retabilidade dos salários, pois, afinal, era o trabalho masculino que realmente sustentava o lar, uma obrigação do homem realmente honrado. Para as mulheres, o magistério era um trabalho de apenas um turno, o que seria excelente para conciliar os seus afazeres de esposa com a escola, outro argumento para justificar o salário reduzido, estimado como um complemento para as pequenas despesas domésticas e a aquisição de “rendas, fitilhos e bordados”.

A fragilidade feminina, divulgada pelo discurso religioso, médico, jurídico e educacional forma-se também da proteção e da tutela. A professora necessariamente deve ser gerada, então, em meio a aparentes paradoxos, já que ela possui a obrigação de ser, simultaneamente, profissional e mãe espiritual, dirigida e dirigente, disciplinada e disciplinadora.

Já no século XX a *Revolução de 30*, marcando o início da chamada "Era Vargas", procurou superar o caráter descentralizado da República Velha e o poder político das oligarquias estaduais. A partir de 1937, segundo Bóris Fausto (1981), o "novo Estado" se configurou devido ao fortalecimento do exército, às hesitações dos liberais, à inspiração dos modelos autoritários externos, consolidando-se a centralização e a autonomia do poder central em relação às forças locais. No plano econômico, os esforços governamentais voltaram-se à industrialização e, no plano social, foram tomadas várias medidas destinadas à proteção do trabalhador. A construção de uma "nova ordem social" tinha como um dos seus pilares o desenvolvimento de uma política familiar na qual, evidentemente, a mulher desempenharia um importante papel, ainda que sob predomínio de concepções conservadoras. A família era a base do Estado e a mulher contribuiria nessa organização nos papéis de esposa e mãe, em um claro processo de "privatização" do trabalho feminino, diante dos superiores interesses da instituição familiar (SOUSA, 1994).

Um dos responsáveis pela estruturação da política familiar foi o ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, entre 1934 a 1945 que, em seus discursos acerca das diferenças da educação de mulheres e homens, reforçava os papéis tradicionais nas relações familiares. A educação feminina mereceu destaque especial com a introdução da "educação doméstica" na reforma do Ensino Secundário de 1942. Nos anos 50, as diferenças entre os papéis femininos e masculinos eram bastante nítidas. Carla Bassanezi, no seu artigo intitulado "Mulheres dos Anos Dourados", aponta para a moral sexual diferenciada através das concepções sobre o namoro, noivado, casamento, sexualidade e os "assuntos femininos", predominantes na imprensa periódica e em publicações destinadas às mulheres como o *Jornal das Moças*, *Querida*, *Vida Doméstica*, *Você* e nas seções dirigidas à mulher n'O *Cruzeiro*. O trabalho feminino era cercado de preconceitos e subsidiado ao trabalho do homem.

Ainda destinadas ao casamento e à maternidade e, conseqüentemente, ao confinamento em seus lares, o trabalho das mulheres fora do âmbito doméstico continuamente poderia causar danos à moral feminina e à estrutura da sociedade. Nota-se, por outro lado, que a "trilha" feminina poderia muito bem se ampliar para o interior das salas de aula - afinal, o trabalho como professora adaptava-se à vocação "naturalmente" feminina de "formação do homem e da sociedade". Esta é uma das razões por que o magistério tornou-se para a mulher um espaço autorizado socialmente, concebido como uma extensão da maternidade com algumas restrições.

A normatização dos comportamentos de estudantes e professores fazia-se por uma série de dispositivos, como exames públicos, premiações, notas de aplicação, solenidades e

rituais; edificava-se uma estética e uma ética nos padrões sociais da feminilidade - uniformes sóbrios escondiam os corpos das jovens, combinando-os com uma postura discreta e digna. O mesmo valia para as mestras, sempre se trajando de modo discreto e severo, com uma postura recatada e silenciosa com respeito à sua vida particular, ensinando as jovens o modo considerado correto de agir, portar-se e andar; os gestos e olhares eram modestos e as formas suaves no caminhar e sentar. Havia um jeito de ser aluna, um jeito de ser professora, isto é, todo um jeito de ser mulher.

### **3. O artigo de Bruna Becherucci como elucidação do comportamento feminino.**

Para elucidarmos com mais ênfase sobre um determinado espaço e as lutas e fatores que ocorrem em seu interior, sabemos que as revistas nos fornecem o melhor exemplo deste argumento<sup>1</sup>, podemos dizer que existe uma lógica em não somente conhecer o espaço, mas em entender as estruturas das propriedades que de tais posições dependem. Assim, em suma, seria importante vislumbrar qual seria o perfil da leitora que teve em suas mãos a edição com o artigo “*Palavras à mulher*”, mas que no caso, seria uma tarefa implícita, pois há a necessidade de saber acerca de toda uma clientela do periódico e que tipo idealizado de mulher a autora possuía em sua mente – uma tarefa um tanto difícil, mas sabendo-se os objetivos da revista e a sua circulação, notaremos qual parte do campo social esta representava e abrangia. Logo, temos que entender a noção do campo, as suas leis gerais e o funcionamento de aspectos invariantes, ainda, sobretudo, temos que entender a nossa inserção neste campo ou a nossa visão como sujeitos exteriores. Para tanto, um dos estudos importantes neste aspecto corresponde, neste caso em particular, as investigações sobre a educação da mulher e os conceitos de gênero e as suas influências no campo, veiculados pela imprensa periódica, como um dos melhores exemplos para a reflexão sobre a construção deste espaço e das lutas que ocorrem em seu interior.

Tomamos agora como exemplo o artigo de Bruna Becherucci, editado no periódico cultural *Revista Anhembi*<sup>2</sup>, apesar de não ser muito extenso traz em seu interior palavras

---

<sup>1</sup> Os estudos sobre as produções de periódicos especializados em educação tiveram início com a Tese de doutoramento *Educadores à Meia-Luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público em São Paulo (1902-1919)*, defendida em 1989 pela Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Denice B. Catani. Estas pesquisas favorecem uma maior compreensão para que possamos olhar a História da Educação sob um outro ângulo, rico em informações acerca de ideologias, instituições e iniciativas dos profissionais do magistério. Nesse sentido, podemos também pesquisar temáticas não muito exploradas, tais como a educação e a formação de mulheres, cujos conteúdos e discussões aparecem explicitados em seções que compõem esses periódicos.

<sup>2</sup> No mês de dezembro do ano de 1950, surge sob os cuidados da Gráfica da “Revista dos Tribunais”, a *Revista Anhembi*, tendo como diretor responsável Paulo Duarte e redator-chefe Paulo Mendonça. Possuindo em seu total 144 números divididos em 48 volumes, possuindo cada um de 2 a 4 números com numeração contínua, sua edição finda em novembro de 1962, não havendo indicações de sua tiragem nos exemplares, mas sabe-se que alcançou cerca de dez mil exemplares.

Seu criador, Paulo Duarte, baseou o projeto de elaboração do periódico sob a influência cultural francesa, como se percebe nas características do seu “lay-out”, inspirado em publicações como *L’Esprit* (revista francesa de cunho católico) ou *Les Temps Modernes*, dirigida por Jean P. Satre. Entre um dos grandes compradores da *Anhembi* estava o Ministério da Educação, o Ministério do Exterior e o Instituto do Livro;

dirigidas especialmente ao público feminino; nele a autora procura focalizar dois objetivos: alertar as mulheres para as mudanças sociais decorrentes do período, salientando a participação e a importância do papel feminino e sua articulação no interior do campo social, e, sobretudo, alerta compulsivamente para que as mulheres não se alheiem aos acontecimentos, mas sem perder ou deturpar o que considera como feminilidade – uma arma importante para o equilíbrio feminino.

A revista na qual o artigo foi publicado não era um periódico especializado em educação, contendo assuntos de interesses diversos. Com aproximadamente 230 páginas por número, pode-se caracterizar o periódico como uma “*revista de cultura*”, baseada em dois fatores presentes desde sua criação: o que podemos considerar como ecletismo (representado pela mobilização de diferentes formas de opinião, sem uma linha rígida de pensamento) e o *culturalismo*, que ponderava reflexões no âmbito cultural, no sentido mais abrangente do termo. Logo, podemos dizer que a *Anhembí* era dirigida para um público considerado “culto”, o que restringia, de certa forma, os seus leitores em alunos e professores universitários entre outros, como membros da elite, produtores e consumidores de manifestações artísticas em evidência na época.

Neste aspecto, no texto de Becherucci, aponta para regras que estariam em mudanças, nas quais alertam para choques de forças que poderiam ocorrer no interior do campo. Até aquele devido momento, segundo o artigo, a mulher teria permanecido isolada e ignorada pela sociedade; mas, com a evolução e com a conquista de novos direitos (lutas, conquista e conflitos), acarreta-lhe novas e importantes responsabilidades sociais – agora, (descrito no artigo) a mulher seria um ser pensante destinando a colaborar com a esfera social, tanto em pensamento, como nas ações. Para a autora, vocábulos como emancipação e evolução seriam um risco; tais palavras, dirigidas às mulheres de forma abusiva, deformariam o que significaria ser feminina naquele instante, levando a “congressos agitados de saias, pessoas a se exprimirem como demagogos, empregando, amiúde, com inconsciência, a palavra mais pesada e impregnativa que existe: direito” (op. cit, 1951, p. 437).

De uma certa forma, ao observarmos o papel feminino na configuração social, foram construídos diversos comportamentos representados por signos, nos quais toda a responsabilidade de uma determinada facção da construção social coube às mãos femininas, assim, muito exaltadas e explicitamente alertadas por Bruna Becherucci em “*Palavras à mulher*”, embora a autoridade se mantivesse em mãos masculinas. As mulheres cuidavam da imagem e de rituais, cumprindo o papel de mantenedoras das tradições e costumes. Desta forma, considerando-se a família como alicerce social e a mulher como seu cerne, abala-la seria o princípio de um desajuste; logo, algumas características deveriam ser mantidas para fortificar tal estrutura – ou seja, estar à parte das mudanças sim, mas, mudar radicalmente ou ir contra alguns padrões pré-estabelecidos significaria a perda de um liame, um

---

o periódico também adquiriu assinaturas semestrais e anuais no exterior, em geral, realizadas por museus e institutos de ensino.

desajuste total do campo. Becherucci defende a idéia de que as características femininas devem ponderar dois aspectos primordiais: o primeiro aspecto aponta para que a mulher deve estar consciente e convencida de sua virtude e de sua nobreza – características intrinsecamente femininas desde a Antigüidade; o segundo denota que a mulher possui o direito de não estar alheia ao mundo, justamente porque suas virtudes são necessárias para um funcionamento desta sociedade.

Tal fato estava presente não somente no conteúdo deste artigo, mas na maioria dos veículos de comunicação e nos discursos ideológicos das mais diversas instâncias sociais, como o da Igreja. Desta forma, a mulher deveria estar atenta e disposta a sacrificar-se pelo bem de todos e para isso, deveria estar alheia aos acontecimentos e principalmente, uma conduta considerada amoral, depauperada poderia destruir este cerne social – a eterna vigilância do papel feminino defendida pela autora – uma função quase que divina.

Voltando ao ponto de vista da educação, o período que abrange os Governos Populistas (1946) até a emergência do Regime Militar (1964) sinaliza a novas teorias que implicavam em uma nova relação no processo de ensino-aprendizagem, no qual era preciso desenvolver uma ação pedagógica que propiciasse o desenvolvimento da criatividade e do aprendizado dos alunos. Nesse contexto, a mulher já tinha ampliado os seus horizontes e começava a criar consciência de que sua “missão” estava além de um sacerdócio. Ser professora passou a ser sinônimo de profissão e organização, além de que a mulher começou a crescer em outras profissões e participar de novos campos de trabalho. Entretanto, a escola continuou sendo uma instância de produção e reprodução de desigualdades sociais, “impressas” nos corpos e nas mentes das jovens alunas e em suas mestras. Nos corpos, inscrevem-se maneiras de perceber e de se comportar no meio, ou seja, ensina-se (implicitamente ou não) a ser mulher ou a ser homem. Instaura-se nestes corpos um tipo de feminilidade (ou de masculinidade) que, certamente, representa os tipos hegemônicos em nossa sociedade.

#### **4. Considerações Finais**

Se olharmos para o final do século XIX, veremos que algumas correntes de pensamento que discutiram a existência das diferenças “naturais” entre mulheres e homens, como o temperamento, caráter, raciocínio, acabaram influenciando todas as medidas adotadas na área educacional, fortalecendo ainda mais os preconceitos e a ordem estabelecida. Segundo essas correntes, a mulher, e somente ela, era dotada biologicamente da capacidade de socializar crianças, como parte de suas funções maternas. E, sendo o ensino da escola infantil e elementar considerado como extensão desta capacidade, o magistério primário passou a ser visto como uma profissão exclusivamente de mulher.

A professora, na idealização projetada pela sociedade, é um sujeito que paira acima dos acontecimentos históricos, ou seja, um ser “ahistórico”, enquadrada em um esquema

abstrato que paralisa, ignora a sua história e a do outro, no sentido restrito e amplo. Tendo como guia as condições imateriais do professor, ou seja, suas virtudes morais idealizadas e potencializadas, doa toda manifestação inteligente, relativas às condições imateriais da existência, à mesquinhez e à fraqueza humana.

Ao admitir exclusivamente uma atitude doadora – que preserva, preocupa-se, assume responsabilidades - nega uma atitude desejante – que pede, reivindica, que nas páginas da *Revista Anhembi* apresenta-se no exercício da ingenuidade, da idealização, do idealismo dependente e imponente, que procura “emascular” os fortes, os desejantes, os capazes. Seria algo aproximado do “falso self”, para marcar a personalidade submissa, passiva e dependente, não criativa, prisioneira a um papel social que a obriga a reproduzir um comportamento pré-traçado. Nessa perspectiva, a modelagem da mulher defendida por Becherucci conduz à repressão do sujeito, de modo que, para melhor “suportar os sofrimentos que lhes impõe a sua repressão, fazendo tudo para transformá-la num valor e tratam de vendê-la aos demais, na esperança de que mais reprimido estiver, menos motivos tem para invejar a liberdade”<sup>3</sup>, isto é, a defesa de uma certa “liberdade” que não impusesse perigos à formação e à estrutura social e ainda que estivesse, de alguma maneira, sujeita a estas. A mulher, enquanto autoridade moral do espaço privado, é investida de dignidade e respeito, imagens às quais deverá se adaptar, sob o controle de seus prazeres.

Muitas linhas mais seriam necessárias para discorrer sobre a História da Formação e Educação Feminina, além de muitos estudos para responder à nossa curiosidade sobre esta temática. Entretanto, o meu propósito é de que isto possa servir como um ponto de partida para refletir sobre a educação da mulher e de nossa sociedade em geral. A história da mulher não representa apenas a evolução deste gênero individualmente, mas engloba todo um contexto histórico, político e social, ou seja, as relações sociais de gênero.

### Referências bibliográficas

ANYON, Jean. Interseções de gênero e classe: acomodação e resistência de mulheres e meninas às ideologias de papéis sexuais. *Cadernos de Pesquisa* n.º 73, São Paulo, maio de 1990, pp. 13-25.

BASTOS, Maria Helena C. & COLLA, Anamaria I. “Retratando Velhos Mestres: a idealização do professor na representação da docência”, in: GONDRA, J. & CARVALHO, M. (orgs.) *Pesquisa Histórica: retratos de educação no Brasil*. Rio de Janeiro: UERJ, 1995, pp. 91-97.

BECHERUCCI, Bruna. “Palavras à mulher”. *Revista Anhembi* n.º 5, abril de 1951, vol. II, pp. 234-237.

\_\_\_\_\_. Palavras à mulher. *Revista Anhembi*, n.º 6, maio de 1951, vol. II, pp. 438-442.

---

<sup>3</sup> Bogomoletz, Davi. “Crise da Cidadania - Paroxismo da individualidade”. In: *Revista Tempo Brasileiro*, RJ, n.º 100, jan./mar 1991. Citado no texto de BASTOS, Maria Helena C. & COLLA, Anamaria I. “Retratando Velhos Mestres: a idealização do professor na representação da docência”. In: GONDRA, J. & CARVALHO, M. (orgs.) *Pesquisa Histórica: retratos de educação no Brasil*. RJ, UERJ, 1995 p. 91/97.

- BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- \_\_\_\_\_. Algumas propriedades dos campos, in: *Questões de Sociologia*. Editora Marco Zero, 1980, pp. 89-94.
- \_\_\_\_\_. Espaço social e espaço simbólico. In: *Razões Práticas (sobre a teoria da ação)*. Papi-rus Ed. 1996, p. 13-33.
- BRESCIANI, Maria Stella. O anjo da casa. Campinas: IFCH. Unicamp, n. 29, 1991.
- CATANI, Denice Barbara. *Educadores à Meia-Luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1919)*. São Paulo: FEUSP, 1989. Tese de Doutorado.
- CATANI, Denice Barbara & BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). *Educação em Revista*. São Paulo: Escrituras, 1997.
- DEMARTINI, Zeila & ANTUNES, Fátima. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina, in: *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n.º 86, ago. 93, pp. 5-14.
- FAUSTO, Bóris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano – Sociedade e Política (1930-1964)*. São Paulo: Difel, 1981, Tomo III, V.3.
- LOPES, Eliana Marta T. Fontes Documentais e Categorias de análise para uma História da Educação da Mulher. *Revista Teoria e Educação*, n.º 6, 1992, pp. 105-113.
- LOURO, Guacira Lopes: *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes: Petrópolis, 1997, pp. 57-87.
- \_\_\_\_\_. Gênero, História e Educação: Construção e Desconstrução. *Revista Educação e Realidade*. jul./dez., 1995, pp. 101-127.
- \_\_\_\_\_. Nas redes do conceito de gênero, in: LOPES, Marta Júlia Marques. et alii. *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, pp. 7-51.
- NICOLSON, Linda. Interpreting Gender. *Sings*. Chicago, vol. 20, n.º 1, pp. 79-105.
- PRIORE, Mary Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para uma análise histórica. *Revista Educação e Realidade*. jul./dez., 1995, pp. 71-99.
- SOUSA, Cynthia Pereira de. Modelando meninas e moças: os cursos de educação doméstica no Brasil (1900-1950), in: *Atas II O Rosto Feminino da Expansão*.